



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141454 - PR (2021/0013455-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ADILSON CESAR VEIGA ROSA SEGUNDO (PRESO)
ADVOGADO : ROBERTO BONA JUNIOR - PR056262
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ADILSON CESAR VEIGA ROSA SEGUNDO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 066169-50.2020.8.16.0000).

O recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime descrito no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do recorrente e afirma que a quantidade de droga apreendida não demonstra, por si só, gravidade em concreto acima da esperada para o tipo penal em apreço.

Defende a suficiência da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura, para que o recorrente possa responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista os motivos explicitados pelo colegiado recorrido para manter a custódia operada em seu desfavor, tendo ficado consignado (e-STJ fl. 62):

"Como se pode perceber, ao contrário do alegado, as r. decisões foram devidamente fundamentadas na necessidade da prisão para a garantia da ordem pública especialmente em razão do modus operandi (transporte intermunicipal de substância entorpecente e tentativa de fuga da abordagem policial que colocou em risco a segurança viária).

E isso demonstra a existência de elementos indicativos da maior gravidade da conduta e revela-se suficiente para autorizar a prisão cautelar.

[...]

Em conclusão, não pode ser acolhida a alegação de ausência dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, nem a de insuficiência de fundamentação da decisão proferida pelo MM. Juízo de origem.

E, porque estão preenchidos os requisitos para a

prisão preventiva, não há que se falar em fixação de medidas cautelares alternativas, eis que não se mostram eficazes no caso em exame.

Ademais, ressalta-se que a mera suposição de que a pena a ser eventualmente aplicada ao paciente não resultará na definição do regime inicial fechado para o seu cumprimento não é relevante para este momento, por decorrer de situação hipotética a envolver fatos que ainda serão apurados.

Por fim, ressalta-se que as condições pessoais favoráveis do paciente (ser primário, possuir bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito) não são suficientes, por si sós, a garantir a liberdade provisória."

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência